

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA), NA REDE REGULAR DE ENSINO: DESAFIOS TEÓRICOS E PRÁTICOS.

BUENO, Vanelise da Luz.¹

RU: 1513311

SANTOS, Elaine Oliveira²

RU 576398

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa, realizada na disciplina Metodologia da Pesquisa, Trabalho de Conclusão de Curso, ofertada pela faculdade UNINTER, no curso de Pedagogia. O objetivo é investigar os desafios teóricos e práticos a serem superados pelo(a) professor(a) na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na rede regular de ensino. O TEA, comumente chamado de autismo, é caracterizado por prejuízos desde os primeiros anos de vida nas áreas de interação social, comunicação e comportamento. Dentro do contexto da pesquisa qualitativa, o estudo se pautou na pesquisa bibliográfica, utilizando para o referencial teórico, as contribuições de alguns pesquisadores pertinentes ao tema, tais como Vygotsky(1998), Martins (2006), Santos (2008), Cunha (2009), Camargo e Bosa (2009), Lemos, Salomão, Agripino-Ramos (2014), dentre outros. Os resultados principais mostram que o ensino inclusivo na rede regular, ocorre nas relações entre, aluno, professor e a turma. Evidencia-se a importância do processo de inclusão escolar e o quanto um planejamento atento às diferenças e potencialidades da criança é condição para seu desenvolvimento e aprendizagem. No que se refere aos desafios teóricos, verificou-se que existem referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a partir de marcos históricos e normativos e da constituição de políticas públicas, mas que são nos desafios práticos, que fazem parte deste processo, que se encontram as principais barreiras.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Autismo. Práticas Pedagógicas. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um desafio que contempla as práticas pedagógicas dos profissionais envolvidos, as particularidades do aluno e o seu processo de aprendizagem pessoal, portanto, quais os desafios teóricos e práticos a serem superados pelo(a)

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. 2º Semestre - 2020.

² Professora Orientadora do Centro Universitário Internacional UNINTER.

professor(a) na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na rede regular de ensino?

Na área de atuação da Pedagogia, sendo o professor o agente direto da inclusão escolar é preciso permitir oportunidades para reflexão, busca de métodos que garantam o acesso, aprendizagem e permanência dos alunos nas escolas, bem como o reconhecimento de trabalhos eficientes.

O interesse pelo tema partiu da experiência que a pesquisadora vivenciou como tutora em sala de aula e por ter se identificado com a temática na disciplina de Educação Especial e Inclusiva do curso de Pedagogia, assim buscou investigar os desafios teóricos e práticos a serem superados pelo(a) professor(a) na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na rede regular de ensino, dentro do eixo Gestão da Educação Básica – Educação Inclusiva.

A partir de levantamento e análise de referenciais teóricos que possibilitaram maior abrangência e respaldo sobre o tema para o qual o desafio é o atendimento igualitário e democrático dos saberes, respeitando-se as singularidades de cada aluno, o estudo será relevante tanto para a prática profissional pedagógica, como material de apoio para profissionais da educação básica na perspectiva da inclusão escolar.

A metodologia, de natureza qualitativa, se apoia numa pesquisa bibliográfica para realizar a investigação proposta na pesquisa. Para isso, a leitura se constituiu um importante recurso para ampliação do conhecimento e obtenção das informações para sistematização das ideias.

De acordo com Lakatos e Marconi (1991, p. 183), “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.”

Neste sentido, a pesquisa bibliográfica foi organizada em 3 (três) capítulos os quais, após a breve descrição serão apresentados: O primeiro capítulo “O que é inclusão escolar?”, constitui em uma análise histórica da inclusão no sistema educacional brasileiro, a Política Nacional da Educação Especial, o papel do professor e os aspectos legais voltados para a escolarização desse público. O segundo capítulo é denominado “O que é Transtorno do Espectro Autista (TEA)?”, no qual é abordado o conceito de autismo, as particularidades do aluno e de seu processo de aprendizagem. O terceiro e último capítulo, intitulado “Como se dá o ensino inclusivo na rede regular com foco no professor, no aluno e na relação com a turma?”, relaciona as práticas pedagógicas voltadas para a inclusão do aluno com TEA e as propostas para o desafio de incluir em sala de aula, no ensino regular.

Para o referencial teórico do estudo foram utilizadas as contribuições de alguns pesquisadores que vêm desenvolvendo estudos pertinentes ao mesmo tema, como Vygotsky(1998), Martins (2006), Santos (2008), Cunha (2009), Camargo e Bosa (2009), Lemos, Salomão, Agripino-Ramos (2014), dentre outros.

1. O QUE É INCLUSÃO ESCOLAR?

Ao buscar dados sobre a inclusão escolar para apresentar uma breve análise histórica do tema inclusão no sistema educacional brasileiro, as políticas da Educação Especial, o papel do professor e os aspectos legais voltados para a escolarização desse público, encontrou-se nas referências bibliográficas os estudos realizados por Martins (2006) e Santos (2008) sobre o desafio da inclusão escolar devido a sociedade atual vir se deparando cada vez mais com pessoas que apresentam o Transtorno do Espectro Autista(TEA), ou comumente chamado de autismo.

Observou-se que inúmeras maneiras de distribuição da informação, e as políticas de inclusão para as escolas regulares não superam os desafios sozinhas, pois pais, professores e sociedade em geral ainda necessitam de orientações e preparo para efetivar a inclusão escolar dos estudantes em questão.

É importante destacar que a inclusão nos dias atuais, é resultante de todo um processo de evolução no atendimento às demandas das pessoas com deficiência, e estão diretamente ligadas às conquistas que envolvem formulação dos direitos humanos, e interligadas a aspectos sociais, jurídicos, econômicos, educacionais e até teológicos. Um breve histórico da humanidade apresentado por Martins (2006) demonstra que a maneira de perceber a diferença/deficiência variou de acordo com diversos critérios.

Segundo estes estudos há poucos registros de pessoas com deficiência antes da Idade Média, mas que devido a estudos, sabe-se que nas sociedades primitivas, em decorrência das suas particularidades, como ser nômade, por exemplo, não havia lugar para os fracos, então eram eliminados ou abandonados pois poderiam comprometer a sobrevivência do grupo.

Na civilização grega, a autora cita o ideal de beleza e perfeição da época e que, portanto, uma pessoa com deficiência, não correspondia ao padrão de virtude estabelecida. Na cultura judaico-cristã, os hebreus consideravam a deficiência uma impureza ou resultante do pecado. Com as mudanças sociais, no entanto, saindo do teocentrismo para o antropocentrismo, ela passa a ser relacionada a uma disfunção orgânica. Como indica Martins (2006) a seguir:

Após a segunda metade do século XX, lentamente estes indivíduos passam a ser vistos dentro de um enfoque mais democrático, na qual não são enfatizados - embora que de forma ainda teórica - os seus direitos como cidadãos, entre os quais os de terem acesso aos serviços e benefícios concernentes a todas as demais pessoas, inclusive educacionais. O atendimento educativo, de cunho separado, começa a ser questionado em todo mundo a partir da década de 60 [...] A partir da década de 80, um novo paradigma emerge, o da inclusão escolar, que pressupõe uma ampla abertura na escola para atender todos os educandos, em sala regular, respeitando as suas diferenças e atendendo às suas necessidades individuais. (MARTINS, 2006, p. 136)

Após verificar que inicialmente o tema foi progressivamente evoluindo, percebeu-se que são nas últimas décadas, que muitos países têm passado por significativas transformações nas políticas e práticas voltadas à educação inclusiva. No Brasil, as principais mudanças foram decorrentes da publicação da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, feita pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 e que inspirado nesse documento, o Ministério da Educação (MEC) lançou, em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a fim de promover políticas públicas de inclusão social das pessoas com deficiência, dentre as quais, aquelas que efetivam um sistema educacional inclusivo.

A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista é criada pela Lei nº 12.764/2012. Além de consolidar um conjunto de direitos, esta lei em seu artigo 7º, veda a recusa de matrícula às pessoas com qualquer tipo de deficiência e estabelece punição para o gestor escolar que pratique esse ato discriminatório.

A pesquisa identificou que a partir destas políticas, aumentou o desafio das escolas em conviver com as diferenças, assim como para o professor, o de trabalhar com a diversidade em sala de aula, ou seja, com as diferenças dos alunos, respeitando suas limitações e estimulando suas potencialidades como afirma Santos (2008):

A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau baixo de comprometimento. (SANTOS, 2008, p. 9)

Para auxiliar o processo de inclusão escolar, respeitando os direitos enquanto alunos e promovendo a formação continuada da escola e dos professores, é que a legislação atua como suporte para que isso ocorra da melhor forma possível.

A pesquisa contou com os dados da Lei nº. 13.146, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão e tornou-se conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, finalmente aprovada em 2015, buscando assegurar e promover condições de oportunidade para o pleno desenvolvimento e exercício dos direitos da pessoa com deficiência, trazendo uma série de inovações, como a proibição da negação de matrícula e de cobrança de taxas adicionais em casos de estudantes com deficiência. Em seu Art. 27º, do direito à educação, define que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidade de aprendizagem (BRASIL, 2015, p. 12).

A escola, como elemento transformador por natureza, exerce um papel de destaque, pois a partir do trabalho realizado entre ela e as famílias é que os resultados poderão refletir na sociedade e efetivamente o desenvolvimento citado na legislação sairá da teoria para a prática e uma educação verdadeiramente inclusiva ocorrerá.

A educação inclusiva é algo que requer, antes de tudo, segundo Martins (2006, p. 24), “planejamento, aceitação das diferentes maneiras de cada educando, assim como uma reflexão permanente sobre as práticas empreendidas na escola, visando à oferta de resposta adequada às suas necessidades”. Requer, especialmente, uma escola pensada e organizada a partir de um processo inclusivo, onde as escolas, segundo Martins (2006):

Devem centrar-se na busca de rever concepções, estratégias de ensino, de orientação e de apoio para todos os alunos, a fim de que possam ter suas necessidades reconhecidas e entendidas, desenvolvendo ao máximo as suas potencialidades. (MARTINS, 2006, p. 20)

Ao se defrontar com um diagnóstico de transtorno do desenvolvimento, como o autismo, as famílias preocupam-se sobre qual tipo de intervenção psicoeducacional é a mais efetiva. A escola deve auxiliar a família em como isto ocorrerá, esclarecendo as dúvidas relacionadas a estratégias de ensino, ou construindo com a família, de forma a atender as necessidades que melhor atenderão o estudante, desenvolvendo suas potencialidades.

Acredita-se que a convivência compartilhada do estudante com autismo na escola, a partir da sua inclusão na escola regular, possa oportunizar os contatos sociais e favorecer não só o seu desenvolvimento, mas o dos outros estudantes, na medida em que estas convivam e aprendam com as diferenças.

Sendo assim, quando o desenvolvimento social de alguns estudantes já se encontra em risco desde os primeiros anos de vida, sendo o autismo o protótipo desses casos, a escola possui papel ainda mais fundamental nos esforços para ultrapassar os déficits apresentados em cada caso. Para assegurar seus direitos, o documento Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2010), destaca que:

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e a comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos (BRASIL, 2010, p. 24).

A partir deste momento identificou-se na pesquisa, dados para perceber que o sistema escolar precisa reinventar sua maneira de se organizar, com formas inovadoras de ensinar e respeitando as diferentes formas de aprender para assegurar as necessidades educacionais dos educandos com deficiência, especialmente aqueles com TEA.

2. O QUE É TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)?

Tornou-se fundamental para a presente pesquisa identificar as características apresentadas por um aprendente com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Compreendeu-se que é necessário entender o conceito de autismo, para refletir sobre as particularidades de cada estudante que o apresenta e de seu processo de aprendizagem.

Encontrou-se para este tema aporte teórico nas referências bibliográficas das pesquisas e estudos feitos por Camargo e Bosa (2009) e Cunha (2009), que entre outras definições existentes, este estudo utilizou-se de que: “o autismo compreende a observação de um conjunto de comportamentos agrupados em uma tríade principal: comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restritas-repetitivas” (Cunha, 2009, p. 20), e “o autismo se caracteriza pela presença de um desenvolvimento acentuado atípico na interação social e comunicação, assim como pelo repertório marcadamente restrito de atividades e interesses”. (Camargo e Bosa, 2009, p. 65)

O autismo é, portanto, visto como uma disfunção global do desenvolvimento e de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008):

Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na

comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo (BRASIL, 2008, p.15).

Entender as especificidades dos transtornos globais de desenvolvimento, contribui no trabalho da escola, portanto, leituras e conhecimento da legislação é imprescindível numa educação que busca ser inclusiva. Entre as leituras realizadas nesta pesquisa, a fim de se obter conhecimento e utilizar de forma correta as expressões indicativas, consultou-se o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), onde cita que o TEA engloba transtornos antes chamados de autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger. De acordo com o que consta neste manual (2014):

As características essenciais do transtorno do espectro autista são prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social [...] e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades[...]. Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário [...]. O estágio em que o prejuízo funcional fica evidente irá variar de acordo com características do indivíduo e seu ambiente. Características diagnósticas nucleares estão evidentes no período do desenvolvimento, mas intervenções, compensações e apoio atual podem mascarar as dificuldades, pelo menos em alguns contextos. Manifestações do transtorno também variam muito dependendo da gravidade da condição autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica; daí o uso do termo espectro. (DSM-5, 2014, p. 53)

A partir do momento que a escola recebe um aluno de inclusão, todos precisam se capacitar para recebê-lo e a informação é o primeiro caminho a seguir. O apoio da família também é essencial, mas muitas vezes, ela também tem dificuldade de lidar com a situação, então a escola precisa ser um lugar de acolhimento para ambos: família e aluno.

Sobre as particularidades da aprendizagem do aluno com TEA, Cunha (2016) nos ofereceu para a pesquisa o seguinte aporte:

O aluno aprende. O aluno com o transtorno do espectro autista aprende. Essas são as primeiras ideias que queremos enfatizar neste pequeno texto. A aprendizagem é característica do ser humano. O ensino e aprendizagem são dois movimentos que se ligam na construção do conhecimento. É uma construção dialógica e não interpretativa; expressão imanente da nossa humanidade, que abarca também o aprendente com autismo (CUNHA, 2016, p. 15).

A falta de informação sobre “se” e “como” ele aprende, no caso de alunos com TEA, precisa ser desmistificado, para em seguida, entender as suas especificidades e formuladas estratégias necessárias para que a processo de ensino e de aprendizagem e assim analisar os resultados com efetividade pedagógica como as referências bibliográficas de Camargo e Cunha (2009) indicam:

Os resultados dos estudos sobre autismo demonstram que os professores apresentam ideias distorcidas a respeito do mesmo, principalmente quanto à (in) capacidade de comunicação. Não surpreendentemente, essas concepções parecem influenciar as práticas pedagógicas e as expectativas acerca da educabilidade desses alunos. As dificuldades dos professores, de um modo geral, se apresentaram na forma de ansiedade e conflito ao lidar com o “diferente”. (CAMARGO & CUNHA, 2009, p.5)

Conhecer os comportamentos da criança com autismo é de grande relevância para as práticas dos professores no cotidiano escolar.

De acordo com Santos (2008, p. 30), “é de responsabilidade do professor a atenção especial e a sensibilização dos alunos e dos envolvidos para saberem quem são e como se comportam esses alunos autistas.” Para isto, a oferta de formação inicial e continuada dos professores, precisa ser realizada de forma séria e efetiva, derrubando barreiras e visões estereotipadas sobre os alunos com TEA.

Neste momento da pesquisa identificou dados para considerar que o desafio da escola é conviver com a diferença, assim como para o professor é trabalhar com a diversidade em sala de aula, ou seja, com a diferença dos alunos, respeitando suas limitações e estimulando suas potencialidades.

3. COMO SE DÁ O ENSINO INCLUSIVO NA REDE REGULAR COM FOCO NO PROFESSOR, NO ALUNO E NA RELAÇÃO COM A TURMA?

No que se refere às práticas pedagógicas voltadas para a inclusão do aluno com TEA e as propostas para o desafio de incluir em sala de aula, no ensino regular, encontram-se nas referências bibliográficas das pesquisas e estudos feitos por Vygotsky (1998/2008/2011), Santos (2008), Camargo e Bosa (2009) e em Lemos, Salomão, Agripino-Ramos (2014), elementos que reforçam a importância do ensino inclusivo e as relações entre os envolvidos neste processo.

Os estudos de Vygotsky trouxeram uma enorme contribuição aos estudos sobre a Educação Especial. Para ele são fundamentais para o desenvolvimento o meio social e os estímulos que proporciona. Vygotsky (1998) utiliza o conceito de “zona de desenvolvimento proximal” que é:

A distância entre o nível de desenvolvimento real que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas [...] em colaboração com companheiros mais capazes” (VYGOTSKY, 1998, p. 112).

A partir deste conceito, pode-se afirmar que é na escola, e mais especificamente no ensino regular e na relação com professores e colegas, que uma criança com TEA terá oportunidades de um maior desenvolvimento, auxiliando a dinamizar sua aprendizagem.

Para Vygotsky (2008, p. 24), “o verdadeiro curso do desenvolvimento do pensamento não vai do individual para o socializado, mas do social para o individual”. Neste sentido, a educação é justamente caracterizada pela apropriação dos bens culturais produzidos pela humanidade e o meio no qual a criança estará inserida, influenciará, no seu desenvolvimento. Quando se trata de um ensino inclusivo o papel de todos os agentes envolvidos também influenciará, seja positiva quanto negativamente, por isto a preparação é tão importante.

Na história da educação, houve um momento em que o ensino para as pessoas com deficiência ocorria de forma segregada. Superado isto, foram criadas formas de serviços educacionais denominados integrativos, como as classes especiais. Porém neste modelo, não havia uma preocupação da escola em adaptar seu currículo e sua metodologia para o aluno com deficiência, mas sim, este teria que se adaptar. Como a maioria não se adaptava nas classes regulares, eram encaminhadas para as classes ou escolas especiais. Camargo e Bosa (2009) em seus estudos apontam a importância de uma reestruturação no sistema escolar para que a inclusão realmente ocorra:

Quando não há ambiente apropriado e condições adequadas à inclusão, a possibilidade de ganhos no desenvolvimento cede lugar ao prejuízo para todas as crianças. Isso aponta para a necessidade de reestruturação geral do sistema social e escolar para que a inclusão se efetive (CAMARGO & BOSA, 2009, p. 70).

Estes estudos bibliográficos demonstraram como ambientes apropriados devem ser desenvolvidos numa perspectiva de educação inclusiva, não um modelo de integração escolar, mas de inclusão escolar, ou seja, que proporcione convivência plena entre os estudantes, sem distinção, a fim de possibilitar um processo de construção de vínculos sem preconceitos.

A relevância dos aspectos sociais da interação para o processo de aquisição da linguagem é indiscutível, tendo em vista que o desenvolvimento da comunicação é fundamentalmente interacional, sendo de grande importância os comportamentos verbais e gestuais. As leituras realizadas nesta pesquisa demonstraram que são necessárias intervenções eficazes, para que possibilitem melhoria nas habilidades sociais do educando com TEA. Lemos, Salomão e Agripino-Ramos (2014, p.119) orientam em seus estudos sobre a influência da escola nesse movimento, destacando “ a escola como um dos espaços que favorecem o desenvolvimento infantil, tanto pela oportunidade de convivência com

outras crianças quanto pelo importante papel do professor, cujas mediações favorecem a aquisição de diferentes habilidades nas crianças.”

Vygotsky (2011), em seus estudos apresenta os conceitos sobre defectologia, enfatiza os benefícios da inserção de crianças com deficiência mental em grupos homogêneos, onde as crianças consideradas mais capazes atuariam como mediadoras no processo de aprendizagem, desempenhando um papel fundamental, onde as trocas que a criança com TEA estabelece com outras crianças e com os adultos, exercem funções importantes para o desenvolvimento e a aprendizagem. Conforme expõem Camargo e Bosa (2009):

A interação com outras crianças da mesma faixa etária proporciona contextos sociais que permitem vivenciar experiências que dão origem à troca de ideias, de papéis e o compartilhamento de atividades que exigem negociação interpessoal e discussão para a resolução de conflitos. No grupo de pares emergem as regras que estruturam as atividades de cooperação e competição. Desse modo, a qualidade das interações com iguais e a competência social influenciam-se mutuamente. (CAMARGO & BOSA, 2009, p. 2)

Sendo uma das principais considerações feitas a respeito da criança com TEA, a da sua falta de interação social e dificuldade de comunicação, a escola não deve entender isto como algo que a impeça de aprender, pois destaca-se a importância da interação social para o desenvolvimento humano.

Se a educação como um todo convive com tantos desafios na busca de uma educação inclusiva para as pessoas com deficiência, no entendimento das particularidades que envolve cada tipo de deficiência, entre tantas outras questões relacionadas, imagine no atual contexto que a humanidade está enfrentando com a pandemia de um novo coronavírus denominado COVID-19, o qual está contaminando e levando um número significativo de pessoas a morte, em um inesperado e breve espaço de tempo.

À presente pesquisa cabe ainda trazer aporte teórico atual sobre esta temática que conversa com os estudos realizados gerando impacto direto na educação e em especial na educação inclusiva.

Como medida de prevenção, visto que não há vacina para o mal que assola a sociedade, uma das medidas de enfrentamento é o isolamento social, ou seja, pais, professores e alunos estão convivendo com uma nova forma de ensino, imposta, praticamente de uma hora para outra, mas que mostra a capacidade de se reinventar e buscar soluções criativas para um problema.

O momento da atualidade que se torna histórico, vem ao encontro deste trabalho, uma vez que questões políticas, econômicas e sociais estão em evidência, na busca de soluções que garantam a continuidade da vida humana digna no planeta, assim como a

defesa de uma educação inclusiva, sempre buscou a inclusão de pessoas com deficiência. As reflexões deste tempo, estão intrinsecamente relacionadas com o tema, como podemos observar nos estudos de Ferreira (2020, p.25) que “toda forma de segregação, exclusão, nas suas mais diversas expressões exclusivas e excludentes, portanto, devem ser execradas.”

De acordo com Moser (2020), além de dominar os meios de comunicação midiática e se adequar ao ensino via *home office*:

Um dos desafios é incluir todos os alunos para aprender pelas diferentes formas de EAD, pois no Brasil e em outros países há crianças e adolescentes que vivem na pobreza e estão em situação vulnerável. É preciso propiciar serviços educacionais de emergência até que as escolas possam reabrir com segurança. (MOSER, 2020, p.32)

Espera-se que neste reaprender e renovar-se, em repensar a educação em tempos de coronavírus, a educação inclusiva também seja contemplada. Em seu artigo sobre Educação em tempos de pandemia, os autores Schneider e Schneider (2020), resumem o que modelo europeu nos ensina sobre formação de competências digitais, onde a ideia central está em transformar a escola em uma central de desenvolvimento de competências pessoais, não em um local de ensino de conteúdos disciplinares, citando lições sobre a necessidade de envolvimento profissional, recursos digitais, ensino e aprendizagem, avaliação, a promoção das competências digitais aos alunos e/ou aprendizes e a que optou-se por descrever detalhadamente, sobre a capacitação dos alunos/aprendizes:

Uma das principais vantagens do uso de tecnologias (Inteligência artificial, data mining, Big Data) na educação envolve o seu potencial para apoiar estratégias pedagógicas centradas no aluno, a potencialização da capacidade de personalização e diferenciação de conteúdos e atividades de aprendizagem. É preciso pensar e criar estratégias para o uso das tecnologias digitais para facilitar o envolvimento ativo dos aprendizes. Isto tudo sem falar nas possibilidades de inclusão de alunos com deficiência (déficit de aprendizagem, transtornos, cegueira e surdez, entre outros). (SCHNEIDER E SCHNEIDER, 2020, p. 63)

Neste cenário que envolve a chegada da pandemia do COVID-19 de forma inesperada, a qualificação e o estudo das novas possibilidades e formas de ensino/aprendizagem a partir do uso dos recursos tecnológicos ocorrem ao mesmo tempo que professores, alunos e suas famílias respectivamente, estão sendo sujeitos na produção do conhecimento e se adaptando às mudanças impostas.

A partir dos dados, identifica-se que o papel do professor em sala de aula é decisivo, mas necessita o envolvimento da escola como um todo: desde a observação de

adaptações físicas (quando estas são necessárias) quanto do planejamento; das atividades; da atuação do Coordenador Pedagógico como articulador da formação continuada do docente e dos processos de ensino e aprendizagem; da necessidade de um professor especializado em Educação Especial ou tutoria em sala, entre outros.

Ainda, deixa em aberto as necessidades de busca da adaptação com a educação que emerge com a nova sociedade que surge a partir das mudanças sociais causadas pela pandemia. Uma educação para todos inclusive para os TEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa bibliográfica, este trabalho traz considerações significativas para da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na rede regular de ensino, considerando os desafios teóricos e práticos, que fazem parte deste processo.

Ao refletir sobre o que é inclusão escolar, em uma breve análise histórica, percebe-se que pessoas com deficiência passaram da exclusão a segregação, na busca pela inclusão plena na sociedade. No que se refere às políticas nacionais da Educação Especial, apesar dos respaldos legais voltados para a escolarização desse público, ainda existe uma luta desenvolvida até os dias atuais, em prol de uma escola para todos, compatível com as necessidades individuais das pessoas.

Esta questão vem ainda mais à tona, em um período em que a humanidade enfrenta imensos desafios em todos os setores, no Brasil e no mundo. Um novo vírus surge e o desconhecimento sobre ele exigem que medidas de distanciamento social, entre tantas outras, sejam tomadas, na tentativa de reduzir a ampla disseminação. No contexto educacional, as escolas têm suas aulas presenciais suspensas e ampliam-se as discussões entre os profissionais ligados às escolas, possibilitando um espaço para desenvolvimento de soluções diversas a dificuldades comuns aos profissionais envolvidos e as famílias envolvidas.

Como o foco deste trabalho é o Transtorno do Espectro Autista (TEA), verifica-se que este é o nome técnico dado ao que comumente se chama de autismo, sendo o diagnóstico definido por dois critérios: as deficiências sociais e de comunicação e a presença de comportamentos repetitivos e estereotipados. Tendo em vista as particularidades desse aluno, é possível pensar no seu processo de aprendizagem.

Ao se pensar sobre o processo de aprendizagem de um aluno com TEA, ao se relacionar as práticas pedagógicas voltadas para a inclusão deste, conclui-se que o ensino inclusivo na rede regular, ocorre nas relações deste aluno com professor e a turma. Evidencia-se a importância do processo de inclusão escolar e o quanto um planejamento

atento às diferenças e potencialidades da criança é condição para seu desenvolvimento e aprendizagem.

A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto às possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor.

Nesse contexto, afirma a pesquisa para o pesquisador a importância do papel do pedagogo enquanto agente de mudanças no processo de inclusão escolar, atuando junto com o professor, auxiliando-o na análise de suas práticas na área de inclusão escolar, bem como de suas concepções, e o impacto positivo que as intervenções propostas podem exercer no processo de inclusão escolar.

Portanto, no que se refere a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na rede regular de ensino, no que se refere aos desafios teóricos, verificou-se que a educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos e que possui referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a partir de marcos históricos e normativos e da constituição de políticas públicas que visam uma educação de qualidade para todos os estudantes.

Contudo, são nos desafios práticos, que fazem parte deste processo, que se encontram as principais barreiras. Os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo os que são considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Alguns não promovem a organização de um sistema de ensino capaz de atender aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e acaba reforçando o encaminhamento dos estudantes para as classes e escolas especiais.

É preciso promover transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola, assegurando aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. Isto inclui a formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a participação da família e da comunidade, entre outras.

Considera-se, ainda, a importância de um número maior de estudos que possam subsidiar orientações a pais e profissionais, principalmente no que se refere à inclusão escolar de crianças com TEA o que deixa para a pesquisadora o desafio de continuar se

aprofundando na temática para produzir com maior efetividade intervenções que contribuam para sua prática profissional no atendimento destes estudantes e suas famílias.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM 5**. Tradução de Maria Inês Correa Nascimento et al; revisão técnica Aristides Volpato Cordiolo. 5. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília. Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: < <http://www.portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. > Acesso em 01 mar. 2020.

_____. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm >. Acesso em: 13 mai. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. 72 p.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/l13146.htm > Acesso em: 01 mar. 2020

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 65-74, abr. 2009. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000100008&lng=pt&nrm=iso >. Acesso em 02 abr. 2020.

CUNHA, E. **Autismo e Inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

_____. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar - ideias e práticas pedagógicas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

LEMOS, E. L. de M. D.; SALOMÃO, N. M. R.; AGRIPINO-RAMOS, C. S. Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 20, n. 1, p. 117-130, Mar. 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000100009&lng=en&nrm=iso >. Acesso em: 27 de jul. de 2020.

MACHADO, D. F. (Org) **Educação em tempos de COVID-19: reflexões e narrativas de pais e professores.** [livro eletrônico] 1ª ed. Curitiba: Dialética e Realidade, 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1991.

____. **Fundamentos da metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, L. DE A. R. A diferença/deficiência sob uma ótica histórica. **Revista Educação em Questão**, v. 9, n. 2, p. 126-141, 15 jun. 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/9953> Acesso em 01 de abr. 2020

____. **Inclusão: compartilhando saberes.** Petrópolis: Vozes, 2006.

SANTOS, A. M. T. **Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar.** São Paulo: CRDA, 2008.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

____. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. Trad. Denise Regina Sales, Marta Kohl de Oliveira e Priscila Nascimento Marques. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011.